



DISPENSA ELETRÔNICA Nº 2025.08.13.002

LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE PARA CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS COM FINALIDADE ESTATUTÁRIA APOIAR, CAPTAR E EXECUTAR ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO, DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO E ESTÍMULO À INOVAÇÃO, PARA PROMOVER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA - REURB DE APROXIMADAMENTE 400 (QUATROCENTAS) FAMÍLIAS DA ZEIS GERARDO JOSÉ DIAS DE LOIOLA, CONFORME PROPOSTA Nº 013933/2024 DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, JUNTO A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA/CE.

O município de Forquilha, através da Secretaria de Desenvolvimento Social, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local abaixo previstos, abrirá licitação, na modalidade **DISPENSA ELETRÔNICA**, do tipo menor preço por lote, para atendimento do objeto desta licitação, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/06 e Decreto Municipal nº 29/2023, de 29 de dezembro de 2023, e suas alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.

HORÁRIO, DATA E LOCAL:

AS PROPOSTAS DE PREÇOS recebidos em sessão pública marcada para:

RECEBIMENTO DE PROPOSTA(S) ATÉ:

Às 08:00 horas.

Do dia 22 de agosto de 2025.

No endereço: sítio eletrônico www.novobbmnet.com.br (Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET).

ABERTURA E ANÁLISE DA(S) PROPOSTA(S):

Às 08:00 horas.

Do dia 22 de agosto de 2025.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:

Às 08:00 horas.

Do dia 22 de agosto de 2025.

DURAÇÃO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:

06 (seis) horas.

Referência de tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/CE
CNPJ Nº 07.673.106/0001-03 | CGF Nº 06.920191-9

Paço Municipal Deputado Cesário Barreto de Lima, Avenida Criança Dante Valério, 481
Fone: (88) 3619-1167 | E-mail: administracao@forquilha.ce.gov.br | Site www.forquilha.ce.gov.br



Disponibilização dos atos administrativos, licitação (edital, avisos, propostas de preços, impugnações, recursos, adjudicação, homologação, outros):

No(s) endereço(s): sítio eletrônico www.novobbmnet.com.br (Bolsa Brasileira de Mercadorias - BBMNET) ou na Sala do Setor de Licitação, localizada na Av. Criança Dante Valerio, 481 - Centro - Forquilha/CE ou <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/> (Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE/CE) ou <https://www.forquilha.ce.gov.br/licitacaolista.php> (Portal de Licitações do Município de Forquilha/CE).

Constituem parte integrante deste Edital, independente de transcrição os seguintes anexos:

- ANEXO I** - Termo de Referência.
- ANEXO II** - Estudo Técnico Preliminar.
- ANEXO III** - Modelo de apresentação de proposta de preços inicial e proposta de preços ajustada.
- ANEXO IV** - Minuta de contrato
- ANEXO VI** - Modelos de declarações (proposta compreende a integralidade dos custos - declínio de visita - inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal - reserva de cargos - ME ou EPP).

1- DO OBJETO E DO VALOR ESTIMADO

1.1- A presente licitação tem como objeto é a Contratação de instituição sem fins lucrativos com finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, para promover a Regularização Fundiária Urbana - REURB de aproximadamente 400 (quatrocentas) famílias da ZEIS Gerardo José Dias de Loiola, conforme Proposta nº 013933/2024 do Ministério das Cidades, junto a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Forquilha/CE.

1.2- O valor estimado da presente licitação é de **R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)**.

2-DA PARTICIPAÇÃO

2.1- Poderá participar da presente Dispensa eletrônica, a empresa que atender a todas as exigências deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.novobbmnet.com.br.

2.1.1- O Licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2- Como requisito para participação na Dispensa, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.



2.3- A empresa participante deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida esta comprovação a qualquer tempo.

2.4- Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação, que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

2.5- Não poderão participar do presente desta licitação:

2.5.1- Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexo;

2.5.2- Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3- Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

2.5.3- Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.5.4- Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

2.5.5- Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si.

2.5.6- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.5.7- Agente público do órgão ou entidade licitante.

2.5.8- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.5.9- Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



2.5.10- Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de CONSÓRCIO, conforme justificativa no Termo de Referência.

3- DO ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1- A participação na Dispensa eletrônica dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente preenchimento da proposta de preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital e seus anexos, até o prazo de término do recebimento de propostas, constante no preâmbulo do presente Edital.

3.2- No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1- cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

3.2.2- está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

3.2.3- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.4- não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.5- cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991.

3.2.6- O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3- O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.4- O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

3.5- Incumbirá, ao licitante, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Dispensa eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

3.6- Nas propostas, serão consideradas obrigatoriamente:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/CE
CNPJ Nº 07.673.106/0001-03 | CGF Nº 06.920191-9

Paço Municipal Deputado Cesário Barreto de Lima, Avenida Criança Dante Valério, 481
Fone: (88) 3619-1167 | E-mail: administracao@forquilha.ce.gov.br | Site www.forquilha.ce.gov.br



a) Preço de cada item do objeto licitado, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 12, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;

b) Inclusão de todas as despesas que influem nos custos, tais como: transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos e indiretos;

c) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão desta Dispensa eletrônica;

d) Prazo de execução/entrega, o objeto da presente licitação deverá ser fornecido de acordo com a necessidade da Secretaria, durante o período da sua vigência e nas condições deste edital, celebrando as contratações decorrentes, mediante emissão da Ordem de Serviço.

3.7- Poderão ser admitidos pelo Agente de Contratação erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

3.8- Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam ao licitante.

3.9- Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.10- Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de responsabilidade do licitante.

3.11- Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.12- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.13- Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de propostas.

3.14- A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento nas disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.15- Eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto de apuração de responsabilidade.

3.16- Quando for exigido pelo Agente de Contratação, o licitante deverá preencher a ficha técnica do produto ou serviço, juntamente com as informações adicionais. A ficha técnica,



quando obrigatória, será enviada através de comando próprio disponível no sistema ao licitante.

3.17.1- O licitante não poderá em hipótese nenhuma se identificar na ficha técnica, sob pena de desclassificação.

3.18- DA PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL

3.18.1- A proposta de preços inicial **não deverá ser identificada** de forma alguma, sob pena de desclassificação do licitante, devendo ser anexada o arquivo no campo ficha técnica, observado que o nome do arquivo também não pode identificar o licitante.

3.18.2- As propostas deverão ser preenchidas em vias datilografadas/digitadas ou impressas por qualquer processo mecânico, eletrônico ou manual, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

3.18.3- A proposta de preços inicial deverá, ainda, conter:

3.18.3.1- Indicação do prazo de validade das propostas, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação das mesmas;

3.18.3.2- Marca do produto, quando for o caso.

3.18.3.3- Preço total proposto, cotado em moeda nacional, em algarismos e por extenso, já consideradas, no mesmo, todas as despesas, inclusive tributos, mão-de-obra e transporte, incidentes direta ou indiretamente no objeto deste Edital;

3.18.4- Correrão por conta da proponente vencedora todos os custos que porventura deixar de explicitar em sua proposta.

3.18.5- Ocorrendo divergência entre os valores propostos, prevalecerão os descritos por extenso e, no caso de incompatibilidade entre os valores unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

3.18.6- Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4- DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

4.1- A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

4.2- Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

4.2.1- A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

4.2.2- A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de classificação.

4.3- O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/CE
CNPJ Nº 07.673.106/0001-03 | CGF Nº 06.920191-9

Paço Municipal Deputado Cesário Barreto de Lima, Avenida Criança Dante Valério, 481
Fone: (88) 3619-1167 | E-mail: administracao@forquilha.ce.gov.br | Site www.forquilha.ce.gov.br



4.4- O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.

4.5- Durante a fase de lances o agente de contratação poderá desclassificar a proposta de preços inicial de forma devidamente justificada.

5- DA FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1- Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.2- Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR UNITÁRIO**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

5.3- Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao seu último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

5.4- Durante a Sessão Pública da Dispensa Eletrônica, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

5.5- O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, quando a disputa for por menor preço, que incidirá em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

5.6- Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.7- Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

5.8- Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.9- O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5.7- Após o fechamento da etapa de lances, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação

5.8- Será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas, em caso de empate ficto, conforme prevê a Lei Complementar 123/2006, entendendo como empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor, observadas as normas legais.



5.8.1- A ME e/ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

5.8.2- Não ocorrendo a contratação da ME e/ou EPP, na forma prevista no sub-item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item anterior (ME's e EPP's), na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

5.8.3- Na hipótese da não contratação nos termos previstos para ME/EPP, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.8.4- A ME e EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

6- DA PROPOSTA DE PREÇOS ATUALIZADA

6.1- Após a fase de lances, o licitante provisoriamente vencedor, deverá enviar, via sistema, a proposta atualizada no prazo máximo de até **02 (duas) horas** após a convocação pelo Agente de Contratação.

6.1.1- Os prazos começam a correr a partir da data e hora da convocação, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, de segunda a sexta, exceto feriados e pontos facultativos.

6.2- As propostas deverão ser apresentadas em papel timbrado da firma, preenchidas em vias datilografadas/digitadas ou impressas por qualquer processo mecânico, eletrônico ou manual, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, entregue em envelope lacrado.

6.3- A proposta de preços atualizada deverá, ainda, conter:

6.3.1- A razão social, local da sede e o número de inscrição no CNPJ da licitante;

6.3.2- Assinatura do Representante Legal;

6.3.3- Indicação do prazo de validade das propostas, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação das mesmas;

6.3.4- Preço total proposto, cotado em moeda nacional, em algarismos e por extenso, já consideradas, no mesmo, todas as despesas, inclusive tributos, mão-de-obra e transporte, incidentes direta ou indiretamente no objeto deste Edital;

6.3.5- Correrão por conta da proponente vencedora todos os custos que porventura deixar de explicitar em sua proposta.

6.3.6- Ocorrendo divergência entre os valores propostos, prevalecerão os descritos por extenso e, no caso de incompatibilidade entre os valores unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

6.3.7- Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



6.4- Quando a licitação for por lote, o licitante deverá obrigatoriamente reajustar sua proposta de preços proporcionalmente em todos os itens (desconto linear) e ainda observando os valores limites individuais de cada item orçado pela administração, sob pena de desclassificação, tudo isto se dá para evitar “jogo de planilhas”. Segue exemplo fictício:

Lote 01 - com 02 itens: sendo o valor estimado do item 01 em R\$ 20,00 e do item 02 em R\$ 10,00 e quantidades de cada item sejam 15, portanto o valor estimado total do lote é de R\$ 450,00, suponhamos que o licitante em sua proposta inicial tenha sido da seguinte forma: item 01 - R\$ 30,00 e item 02 - R\$ 8,00, sendo o valor total do lote de R\$ 570,00, o licitante então arremata o lote pelo R\$ 427,50, o que representa uma redução de 25% (vinte e cinco por cento) do lance inicial para o final, portanto, todos os valores de cada item deverão ser reajustados proporcionalmente em 25%, sendo assim, o valor do item 01 será de R\$ 22,50 e do item 02 será de R\$ 6,00, observe que o item 01 está acima do valor orçado individualmente pela administração que é de R\$ 20,00, ou seja, o licitante também deve observar isto e reduzir até o limite individual.

7- DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1- Após análise da proposta, o Agente de Contratação anunciará o licitante vencedor.

7.2- Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.3- Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante vencedor, em razão das especificações indicadas na proposta, o Agente de Contratação poderá solicitar ao licitante declaração expedida pela empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

7.3.1- O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Agente de Contratação, estará sujeito à desclassificação do item proposto.

7.4- Depois de encerrados e ordenados os lances, de acordo com o menor preço apresentado, o Agente de Contratação verificará a aceitabilidade do lance de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados na referência, decidindo, motivadamente, a respeito.

8- DA HABILITAÇÃO

8.1- Encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação. O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será de **02 (duas) horas**, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado.

8.2- O agente de contratação verificará se o licitante atende as condições de participação, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata.



especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- a) Registro Cadastral ou Registro de Sanções Administrativas do órgão licitante, se houver;
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União - TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.3- Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.4- Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPP, o agente de contratação obedecerá ao disposto nos art.s 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/06.

8.5- Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos do licitante melhor classificado para fins de habilitação.

8.6- DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.6.1- Documento Oficial de Identificação do(s) responsável Legal pela assinatura do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor.

8.6.2- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam.

8.6.3- Autorização para o exercício da atividade a ser contratada, quando cabível.

8.7- DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.7.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.7.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.7.3- Prova de regularidade perante a Fazenda Federal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, dentro do prazo de validade.

8.7.4- Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, dentro do prazo de validade.

8.7.5- Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, dentro do prazo de validade.

8.7.6- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, dentro do prazo de validade.

8.7.7- Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, dentro do prazo de validade.



8.7.8- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.8- DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.8.1- Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que a licitante forneceu/executou, bens/serviços com características semelhantes e compatíveis com o objeto do Edital.

8.8.1.1- Em havendo dúvida acerca da veracidade do documento, o(a) Agente de Contratação poderá promover diligência, a fim de comprovar a veracidade do documento, conforme inciso I do art. 64 da Lei 14.133/2021.

8.8.2- Documentos comprobatórios ao atendimento do inciso XV do art. 75 - XV - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos.

8.9- DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.9.1- Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei.

8.9.1.1- O Microempreendedor Individual-MEI, está dispensado da apresentação do Balanço Patrimonial na forma do item anterior, conforme art. 1.179 §2º do Código Civil e artigo 18-A, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, entretanto deverá apresentar a DASN SIMEI (Declaração Anual do Simples Nacional - Microempreendedor Individual).

8.9.1.2- É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício por balancetes ou balanços provisórios.

8.9.1.3- No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício conforme dispõe o art. 69, § 6º da Lei nº 14.133/2021.

8.9.1.4- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura conforme dispõe o art. 65, §1º da Lei nº 14.133/2021.

8.9.1.5- No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

8.9.1.6- Tratando-se de pessoas jurídicas submetidas à Escrituração Contábil Digital (ECD) por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), admite-se a apresentação da ECD, em observância à data limite definida nas Normas da Secretaria da Receita Federal.



8.9.2- Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade.

8.9.2.1- Na ausência da Certidão, a licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005. No caso do licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação.

8.10- DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES DE APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA:

8.10.1- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

8.10.2- Declaração de que se enquadra na condição de ME (Microempresa) ou EPP (Empresa de Pequeno porte), nos termos das Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014, para que essa possa gozar dos benefícios previstos da referida Lei. (Opcional)

8.11- Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados por meio eletrônico, via sistema do BBMNet.

8.12- Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda por meio de cópia simples, a ser autenticada por servidor habilitado da Prefeitura Municipal de Forquilha/CE, mediante conferência com os originais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

8.12.1- Havendo dúvida sobre a veracidade do documento, será exigida a apresentação dos originais não-digitais.

8.12.2- Na hipótese de o documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal, social e trabalhista e econômica financeira.

8.13- Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.14- A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.15- Se o proponente se fizer representar, deverá juntar procuração pública ou particular, nas formas legais, juntamente com documento oficial de identificação do outorgado (procurador), outorgando com poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.

8.16- A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal, social e trabalhista**, previsto neste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a





contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

8.16.1- O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

8.16.2- O prazo de que trata o item poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

8.16.3- A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 8.16, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.17- Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:

8.17.1- Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.17.2- Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.18- Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação

8.19- Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9- DO PARECER TÉCNICO

9.1- Para efeito de adjudicação desta Dispensa, o Agente de Contratação, se julgar necessário, encaminhará o processo ao Setor de Engenharia ou outro competente, a fim de que seja emitido Parecer Técnico referente à proposta vencedora bem como a qualificação técnica dos documentos de habilitação.

9.2- Ocorrendo a desclassificação ou inabilitação do bem da empresa vencedora, os autos serão devolvidos ao Agente de Contratação, para que este realize nova negociação com as demais empresas, obedecendo a ordem de classificação.

9.3- Somente após tal procedimento, o Agente de Contratação fará a adjudicação às empresas vencedoras.

10- DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

10.1- Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.



10.2- A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3- A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento deverão ser feitos na forma eletrônica, via sistema da BBMNet.

10.4- Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1- Caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal n.º 14.133/21, devendo o licitante manifestar-se motivadamente sua intenção de interpor recurso, através do próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões.

11.2- O licitante que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Agente de Contratação, disporá do prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, por meio do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando as demais desde logo intimados para apresentar as contra-razões em igual número de dias.

11.3- A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a declaração de vencedor, sob pena de preclusão.

11.3.1- O tempo mínimo para manifestação de intenção de recurso será de no mínimo 10 minutos, podendo o agente de contratação dar provimento ou negar o mesmo.

11.4- As peças recursais (recurso) deverão ser encaminhadas em campo próprio do sistema.

11.5- O recurso será dirigido a autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou nesse mesmo prazo, encaminhar recurso a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6- Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7- O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1- Encerrada a fase recursal, a autoridade superior do órgão adjudicará o objeto e homologará a licitação.

12.2- O sistema gerará relatórios e ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

13- DA CONTRATAÇÃO

13.1- As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por termo de contrato específico, celebrado entre o Município, representado pelo(s) Secretário(s)

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/CE
CNPJ Nº 07.673.106/0001-03 | CGF Nº 06.920191-9

Paço Municipal Deputado Cesário Barreto de Lima, Avenida Criança Dante Valério, 481
Fone: (88) 3619-1167 | E-mail: administracao@forquilha.ce.gov.br | Site www.forquilha.ce.gov.br



Ordenador(es) de Despesa (doravante denominado Contratante), e o licitante vencedor (doravante denominada Contratada), que observará os termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, deste edital e demais normas pertinentes.

13.2- O licitante vencedor terá o prazo de **02 (dois) dias úteis**, após ser convocado, para assinatura do Contrato, sendo este prazo prorrogável por mais **02 (dois) dias úteis** mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração, contados da devida convocação, para celebrar o referido Contrato, nos moldes da minuta de contrato constante em anexo ao edital. Em caso de recusa injustificada, ser-lhe-á aplicado o disposto na lei.

13.2- Se o licitante vencedor não assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido é facultado ao(à) Secretário(a) Ordenador(a) de Despesa convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação final das propostas, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços (descontos), ou revogar a licitação.

13.3- O licitante adjudicatário se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação.

14- DOS PRAZOS

14.1- O contrato terá o prazo de vigência a partir de sua assinatura de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

14.2- Os bens/serviços objeto desta licitação deverão ser entregues/executados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da ordem de compra/serviço, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021 e suas alterações.

14.3- Os pedidos de prorrogação deverão se fazer acompanhar de um relatório circunstanciado e do novo cronograma físico-financeiro adaptado às novas condições propostas. Esses pedidos serão analisados e julgados pela fiscalização da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Forquilha.

14.4- Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos a Secretaria de Desenvolvimento Social, até 10 (dez) dias antes da data do término do prazo contratual

15- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores;

15.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

15.3- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

15.4- Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

16- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/CE
CNPJ Nº 07.673.106/0001-03 | CGF Nº 06.920191-9

Paço Municipal Deputado Cesário Barreto de Lima, Avenida Criança Dante Valério, 481
Fone: (88) 3619-1167 | E-mail: administracao@forquilha.ce.gov.br | Site www.forquilha.ce.gov.br



16.1- Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos nesta Dispensa, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame;

16.2- Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;

16.3- Utilizar profissionais devidamente habilitados;

16.4 - Substituir os profissionais nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não se prejudiquem o bom andamento e a boa prestação dos serviços;

16.5- Facilitar a ação da fiscalização na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

16.6- Responder perante a Prefeitura Municipal de Forquilha, mesmo no caso de ausência ou omissão da fiscalização, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;

16.7- Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do contrato, sem consentimento prévio, por escrito, da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações especificadas no parágrafo anterior, a não ser para fins de execução do contrato;

16.8- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE;

16.9- Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo, também, de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade da Prefeitura Municipal de Forquilha por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere a Prefeitura Municipal de Forquilha;

16.10- Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do CONTRATO;

16.11- Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;

16.12- Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;



16.13- Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U. de 13/02/98;

16.14- Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;

17-DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1- A fatura relativa aos bens/serviços mensalmente prestados deverá ser apresentada à Secretaria de Desenvolvimento Social, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços, para fins de conferência e atestação da execução dos serviços.

17.2. A fatura constará dos bens/serviços efetivamente prestados no período de cada mês civil, de acordo com o quantitativo efetivamente realizado no mês, cujo valor será apurado através de medição;

17.3- Caso a fatura/medição seja aprovada pela Secretaria de Desenvolvimento Social, o pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa.

18- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1- As despesas decorrentes da contratação correrão por conta do Tesouro Municipal, Estadual e Federal, da dotação orçamentária nº 0703.08.244.0807.2.052, elemento de despesa nº 33.90.39.00.

19- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

19.1- Os preços são firmes e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação da proposta. Caso o prazo exceda a 12 (doze) meses, os preços contratuais poderão ser reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, com base no IGPM - Índice Geral de Preços de Mercado ou outro equivalente que venha a substituí-lo, caso este seja extinto.

20- DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

20.1- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

21- DA RESCISÃO CONTRATUAL

21.1- A rescisão das obrigações decorrentes da presente Dispensa se processará de acordo com o que estabelece a Lei n.º 14.133/21 e suas alterações posteriores, e em casos omissos, a legislação civil em vigor.

22- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1- Em caso de atraso injustificado na entrega do objeto, sujeitar-se-á, o licitante



vencedor, à multa de mora de 1% ao mês de juros sobre o valor da nota de empenho;

22.1.1- A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração anule a homologação e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/21.

22.2- Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas nesta Dispensa, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá garantir a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

a) advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

b) multa de até 10%(dez por cento), calculada sobre o valor do empenho, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

c) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando da inexecução ocasionar prejuízo à Administração;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

22.3- Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar no processo licitatório, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, impedida de contratar com a Administração Pública**, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

22.4- A sanção de advertência de que trata o item 22.2, letra “a”, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I- descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega do objeto;

II- outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços das Secretarias Municipais, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

22.5- A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a administração pública.

22.6- Caberá, ainda, a suspensão, quando o licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento do serviço.

23- DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1- É facultado, ao Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/CE
CNPJ Nº 07.673.106/0001-03 | CGF Nº 06.920191-9

Paço Municipal Deputado Cesário Barreto de Lima, Avenida Criança Dante Valério, 481
Fone: (88) 3619-1167 | E-mail: administracao@forquilha.ce.gov.br | Site www.forquilha.ce.gov.br



23.2- A critério da Administração, os objetos da presente licitação poderão sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo da Lei Federal nº 14.133/21.

23.3- A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições desta Dispensa, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

23.4- Será divulgada a ata da sessão pública nos meios oficiais e legais.

23.5- Esta licitação poderá ser, em caso de feriado, transferida para o primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e local, desde que não haja comunicação em contrário.

23.6- Todas as referências de horário, observação o horário de Brasília/DF.

23.7- A homologação do resultado desta licitação não implicará direito a contratação.

23.8- As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse público, da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.9- Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem prazos em dias de expediente na administração.

23.10- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.11- Dúvidas ou esclarecimentos adicionais sobre o uso da plataforma BBMNet podem ser obtidas nos canais de atendimento da plataforma por e-mail, WhatsApp, telefone e chat disponíveis no site oficial da plataforma. O manual de operações da plataforma eletrônica BBMNet encontra-se disponível aos interessados no sítio www.novobbmnet.com.br.

23.12- Em caso de divergência entre disposições deste edital e seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá a deste edital.

23.13- O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal de Licitações da Prefeitura Municipal de Forquilha/CE (www.forquilha.ce.gov.br) e no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE/CE (<https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/>).

23.14- Informações adicionais poderão ser obtidas diretamente no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Forquilha/CE, no endereço Av. Criança Dante Valério, 481 - Centro - Forquilha/CE - CEP 62.115-00, ou e-mail licitacao@forquilha.ce.gov.br, ou por telefone (88) 3619.1167.

23.15- Os casos omissos serão resolvidos nos termos da legislação pertinente.

24- DO FORO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/CE
CNPJ Nº 07.673.106/0001-03 | CGF Nº 06.920191-9

Paço Municipal Deputado Cesário Barreto de Lima, Avenida Criança Dante Valério, 481
Fone: (88) 3619-1167 | E-mail: administracao@forquilha.ce.gov.br | Site www.forquilha.ce.gov.br





24.1- Fica eleito o foro da Comarca de Forquilha/CE, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente edital, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Forquilha/CE, 18 de agosto de 2025.

Yanna Juliane Gomes Loiola
Ordenador(a) de Despesas da Secretaria de Desenvolvimento Social





ANEXO I

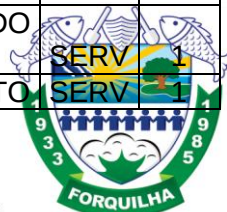
TERMO DE REFERÊNCIA

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de instituição sem fins lucrativos com finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, para promover a Regularização Fundiária Urbana - REURB de aproximadamente 400 (quatrocentas) famílias da ZEIS Gerardo José Dias de Loiola, conforme Proposta nº 013933/2024 do Ministério das Cidades, junto a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Forquilha/CE.

Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD
1	1.1 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - PLANO DE TRABALHO	SERV	1
2	1.2 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - INSTALAÇÃO DA REURB	SERV	1
3	1.3 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - PESQUISAS: CONJUNTO DE LEIS, NORMAS E REGULAMENTOS	SERV	1
4	1.4 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - PESQUISA FUNDIÁRIA	SERV	1
5	1.5 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - NOTIFICAÇÃO DE TITULARES DE DOMÍNIO, CONFINANTES E TERCEIROS	SERV	1
6	2.1 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO	SERV	1
7	2.2 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - CADASTRO FÍSICO E SELAGEM	SERV	1
8	2.3 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - CADASTRO SOCIOECONÔMICO	SERV	1
9	2.4 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - LEVANTAMENTO URBANÍSTICO AMBIENTAL	SERV	1
10	3.1 - SERVIÇOS CARTOGRÁFICOS - SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO	SERV	1
11	4.1 - TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO	SERV	1
12	5.1 - PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO - PLANTÕES SOCIOJURÍDICOS	SERV	1
13	6.1 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - LEVANTAMENTO DAS CUSTAS E EMOLUMENTOS	SERV	1
14	7.1 - TRABALHO SOCIAL - MOBILIZAÇÃO SOCIAL	SERV	1
15	8.1 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - ESTUDO PRELIMINAR DAS DESCONFORMIDADES	SERV	1
16	8.2 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - ESTUDO TÉCNICO AMBIENTAL	SERV	1
17	8.3 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - ESTUDO TÉCNICO PARA SITUAÇÃO DE RISCO (QUANDO FOR O CASO)	SERV	1
18	8.4 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - PROJETO	SERV	1





	URBANÍSTICO		
19	8.5 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - PROJETO FUNDIÁRIO	SERV	1
20	8.6 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - MEMORIAL DESCRITIVO	SERV	1
21	8.7 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - TERMO DE COMPROMISSO	SERV	1
22	8.8 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - EMISSÃO DA CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF)	SERV	1
23	8.9 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - REGISTRO, MATRÍCULA DA ÁREA E TITULAÇÃO	SERV	1

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

A contratação abrange um conjunto de serviços técnicos especializados, conforme detalhado a seguir:

Assessoria e consultoria técnica: nas áreas social, jurídica, urbanística e ambiental.

Elaboração de estudos e projetos: pesquisas, laudos, mapeamentos, cadastros, plantas, pareceres, perícias e avaliações.

Serviços cartográficos: fotografias aéreas, imagens de satélite, levantamentos topográficos e serviços de restituição aerofotogramétrica.

Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal: capacitação da equipe do órgão responsável pela REURB.

Produção e distribuição de material de comunicação e divulgação: ações educativas, informativas e de orientação social.

Custas e emolumentos: atos de registro no processo de regularização fundiária.

Trabalho social: estratégias, processos e ações de sensibilização, mobilização, informação, capacitação e envolvimento da população.

Projeto de Regularização Fundiária: conjunto final de projetos, memoriais descritivos, planilhas, laudos e pareceres técnicos, jurídicos e sociais.

A empresa contratada deverá prestar os seguintes serviços técnicos especializados:

Fase de Planejamento e Diagnóstico:

Análise detalhada do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) ZEIS GERARDO JOSÉ DIAS DE LOIOLA.

Levantamento e análise da legislação federal, estadual e municipal aplicável à REURB-S, incluindo a Lei nº 13.465/2017, o Decreto nº 9.310/2018, a Lei nº 14.133/2021 e a Lei Municipal nº 771/2021.

Diagnóstico jurídico da situação fundiária da área da ZEIS Gerardo José Dias de Loiola, identificando os titulares de domínio, confrontantes e eventuais litígios.

Elaboração de pareceres jurídicos sobre questões complexas relacionadas à regularização fundiária da área.

Fase de Processamento Administrativo:

Assessoria na instauração e instrução do processo administrativo de REURB-S, em conformidade com a legislação vigente.

Elaboração de minutas de notificações, editais e outros documentos necessários ao procedimento administrativo.



Acompanhamento e orientação jurídica em todas as etapas do processo administrativo de REURB-S perante os órgãos competentes (municipal, estadual e federal).
Assessoria jurídica na análise e aprovação do projeto de regularização fundiária.

Fase de Titulação:

Elaboração de minutas de termos de compromisso e outros instrumentos jurídicos para a titulação dos imóveis.

Assessoria jurídica no processo de registro da Certidão de Regularização Fundiária (CRF) e na individualização das matrículas dos imóveis.

Orientação jurídica para a entrega dos títulos de propriedade aos beneficiários.

Interface com o Programa Novo PAC:

Assessoria jurídica para o cumprimento das exigências e diretrizes do Programa Novo PAC - Cidades Sustentáveis e Resilientes – Regularização Fundiária.

Elaboração de relatórios jurídicos e outros documentos exigidos pelo programa federal.

Participação Social e Institucional:

Assessoria jurídica na implementação de arranjos institucionais intersetoriais para a execução do plano de regularização.

Orientação jurídica para a participação social da população moradora da ZEIS no processo de regularização fundiária.

Participação em reuniões e audiências públicas, quando necessário.

A efetiva contratação dos serviços de REURB busca os seguintes fatores:

Imperativo de Segurança Jurídica:

A ausência de regularização fundiária na ZEIS Gerardo José Dias de Loiola gera insegurança jurídica para as 400 famílias residentes, impedindo-as de exercer plenamente seus direitos de propriedade. A regularização é crucial para conferir-lhes o título de propriedade de seus imóveis, garantindo-lhes segurança e estabilidade.

Promoção da Integração Socioespacial e Redução da Segregação Urbana:

A REURB promove a integração socioespacial da área, melhorando as condições de vida dos moradores e reduzindo a segregação urbana. A regularização possibilita o acesso a serviços públicos essenciais, como saneamento básico, infraestrutura urbana e equipamentos sociais, promovendo a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida.

Mandamento Legal e Cumprimento da Legislação:

A Lei Federal nº 13.465/2017 e o Decreto nº 9.310/2018 estabelecem a REURB como um instrumento para a regularização de núcleos urbanos informais, visando garantir o direito à moradia e o desenvolvimento das funções sociais da propriedade. A contratação dos serviços é essencial para cumprir a legislação vigente e garantir o direito à moradia digna para as famílias residentes na ZEIS Gerardo José Dias de Loiola.

Relevância Social e Benefício Direto para Famílias de Baixa Renda:

O projeto beneficiará diretamente 400 famílias de baixa renda, proporcionando-lhes o acesso à moradia digna e a serviços públicos essenciais. A regularização fundiária é um



instrumento de justiça social, que promove a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das famílias mais vulneráveis.

Fundamentação no Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF):

A execução da regularização encontra-se fundamentada no Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) ZEIS GERARDO JOSÉ DIAS DE LOIOLA, como subsídio indutor de parâmetros urbanísticos para a titularização das moradias. O PIRF estabelece as diretrizes e os parâmetros urbanísticos para a regularização da área, garantindo a sua integração ao tecido urbano e a sua sustentabilidade.

Apoio do Governo Federal e Disponibilidade de Recursos:

O Projeto Integrado de Urbanização da ZEIS Gerardo José Dias de Loiola é realizado mediante Termo de Compromisso firmado com a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, gestor do Programa Novo PAC - Cidades Sustentáveis e Resilientes - Regularização Fundiária. A disponibilidade de recursos financeiros do Governo Federal garante a viabilidade do projeto e a sua execução em tempo hábil.

Necessidade de Ações Coordenadas e Especializadas:

A complexidade do processo de regularização fundiária exige a contratação de serviços especializados, que possuam expertise técnica e jurídica para realizar as atividades de levantamento de dados, elaboração de estudos e projetos, obtenção de licenças e registros, e mobilização social. A contratação dos serviços garante a qualidade e a eficiência do processo de regularização, e a sua conclusão em tempo hábil.

DETALHAMENTO DOS ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	JUSTIFICATIVA DETALHADA
1	Assessoria e consultoria técnicas nas áreas social, jurídica, urbanística e ambiental	Essencial para o planejamento e execução do processo de REURB, incluindo análise de documentos, levantamento de dados e elaboração de estudos.
2	Elaboração de estudos e projetos	Necessária para a produção de documentos técnicos, como plantas, memoriais descritivos e projetos urbanísticos, que subsidiarão a regularização fundiária.
3	Serviços cartográficos	Fundamental para a obtenção de dados georreferenciados e a elaboração de mapas e plantas precisas da área a ser regularizada.
4	Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal	Importante para capacitar a equipe técnica do município e garantir a uniformização dos procedimentos de REURB.
5	Produção e distribuição de material de comunicação e divulgação	Crucial para informar e mobilizar a comunidade envolvida no processo de regularização fundiária.
6	Custas e emolumentos	Despesas necessárias para o registro dos imóveis e a emissão dos títulos de propriedade.
7	Trabalho social	Indispensável para promover a participação social, resolver conflitos e garantir o sucesso do processo de regularização fundiária.
8	Projeto de Regularização Fundiária	Conjunto final de documentos que formalizam o processo de REURB e permitem a titulação dos moradores.





RESULTADOS ESPERADOS

Regularização fundiária da ZEIS Gerardo José Dias de Loiola, beneficiando 400 famílias.
Emissão e registro de títulos de propriedade.
Melhoria das condições de moradia e infraestrutura na área.
Ordenamento urbano e desenvolvimento sustentável.
Aumento da arrecadação municipal (IPTU).
Redução dos conflitos sociais e fundiários.

PRAZO DE EXECUÇÃO

12 (doze) meses.

CRONOGRAMA FÍSICO

CRONOGRAMA FÍSICO												
PRODUTO	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
	ATIVIDADES TÉCNICAS E ENTREGA DE TÍTULOS MATRICULADOS											
5.0. Plano de trabalho												
1.1. Instauração da REURB												
1.2. Pesquisas: conjuntos de leis, normas e regulamentos												
1.3. Pesquisa fundiária												
1.4. Notificação de Titulares de domínio, confinantes e Terceiros												
2.1. Levantamento topográfico planialtimétrico cadastral georreferenciado												
2.2. Cadastro físico e selagem												
2.3. Cadastro socioeconômico												
2.4. Levantamento urbanístico ambiental												
3.1. Serviços topográficos planialtimétrico cadastral georreferenciado												
4.1. Treinamento e capacitação												
5.1. Plantões sociojurídicos												
6.1. Levantamento das custas e emolumentos												





7.1. Mobilização social												
8.1. Estudo Preliminar das desconformidades												
8.2. Estudo Técnico Ambiental												
8.3. Estudo Técnico para Situação de Risco (quando for o caso)												
8.4. Projeto Urbanístico												
8.5. Projeto Fundiário												
8.6. Memorial Descritivo												
8.7. Termo de Compromisso												
8.8. Emissão da Certidão de Regularização Fundiária (CRF)												
8.9. Registro, matrícula da área e titulação												

ETAPAS

Processamento Administrativo/Notificação:

Análise jurídica e consultoria quanto aos atos administrativos de instauração e autuação do processo administrativo da REURB.

Pesquisa e sistematização de legislação aplicável (federal, estadual e municipal), incluindo o Plano Diretor Municipal e outras normas urbanísticas e ambientais.

Pesquisa fundiária para determinar a titularidade das áreas, identificação de confrontantes e terceiros interessados.

Notificação dos titulares de domínio, responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, confrontantes e terceiros eventualmente interessados.

Levantamento de Dados:

Levantamento topográfico planialtimétrico cadastral georreferenciado, em conformidade com as normas ABNT NBR 13.133/2021 e ABNT NBR 15.777/2009.

Cadastro físico e selagem dos imóveis, com identificação, designação cadastral e delimitação dos lotes e domicílios existentes na área, a caracterização de uso e as condições gerais de habitabilidade das edificações.

Cadastro socioeconômico das famílias, com coleta e análise de dados sobre o perfil da comunidade e as necessidades da população.

Levantamento urbanístico ambiental, com análise das características da área, infraestrutura existente, situação ambiental e áreas de risco.

Projeto de Regularização Fundiária:

Elaboração do Estudo Preliminar das Desconformidades, com consolidação e análise dos aspectos urbanísticos, ambientais, sociais e jurídicos.

Elaboração do Estudo Técnico Ambiental, comprovando a melhoria das condições ambientais com a regularização.





Elaboração do Estudo Técnico para Situação de Risco (se aplicável), com análise das áreas de risco geotécnico e de inundação.

Elaboração dos Projetos Urbanístico e Fundiário, com definição do parcelamento, sistema viário, infraestrutura e instrumentos jurídicos.

Elaboração do Memorial Descritivo e Termo de Compromisso.

Emissão da Certidão de Regularização Fundiária (CRF).

Registro da CRF, Matrícula da Área e Titulação.

Evento de Entrega da Titulação aos Beneficiários.

INFORMAÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

Processo:

☐ Licitação

☒ Administrativo

Modalidade:

☐ Pregão

☐ Concorrência

☐ Concurso

☐ Leilão

☐ Diálogo Competitivo

☒ Dispensa

☐ Procedimento Auxiliar: _____

Forma:

☒ Eletrônica

☐ Presencial

Modo de disputa:

☒ Aberto

☐ Fechado

☐ Combinado (aberto e fechado)

Lance:

☒ Menor preço por lote/global

☐ Menor preço por item

Critério de Julgamento:

☒ Menor preço

☐ Melhor técnica ou conteúdo artístico

☐ Técnica e preço

☐ Maior retorno econômico

☐ Maior desconto

Classificação Tipo (natureza):

☐ Alienação de bens imóveis

☐ Alienação de móveis inservíveis

☐ Alienação de móveis legalmente apreendidos

☐ Aquisição de bens comuns

☐ Aquisição de bens especiais

☐ Concessões





- () Locações
- () Manutenção de veículos automotores
- () Obras comuns
- () Obras especiais
- () Serviços comuns
- () Serviços especiais
- () Serviços comuns de engenharia
- () Serviços especiais de engenharia
- (X) Serviços técnicos especializados

Prazo: 03 (três) dias úteis.

Tratamento Diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte:

- (X) § 1º do art. 44 da Lei nº 123/2006 (empate ficto)
- () inciso I do art. 48 da Lei nº 123/2006 (itens/Lotes exclusivos)
- () inciso II do art. 48 da Lei nº 123/2006 (subcontratação)
- () § 3º do art. 48 da Lei nº 123/2006 (benefício local e regional)
- () Não se aplica

O prazo de vigência do contrato é de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma dos arts. 105 a 114 da Lei 14.133/2021.

O objeto a ser contratado é **serviço/fornecimento contínuo**, nos termos do artigo 6º, inciso XV da Lei nº 14.133/2021.

AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

As especificações e quantitativos do objeto constam neste termo de referência.

DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da Qualificação técnica

Os requisitos de qualificação técnica encontram-se pormenorizada em tópico específico deste Termo de Referência, bem como abrangente no Estudo Técnico Preliminar.

Da subcontratação

Não será admitida a subcontratação.

Da garantia da contratação

Será exigida garantia nos termos estabelecidos e na minuta do contrato.



A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

Adotada a modalidade seguro-garantia, prevista no inciso II do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, o licitante deverá apresentá-la no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato conforme § 3º do mesmo artigo supra referido.

Da previsão de Consórcio

Não será permitida a participação de interessados sob a forma de Consórcio.

Justificativa

Considerando as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o objeto específico da contratação, impõe-se a vedação expressa à participação de empresas sob a forma de consórcio neste processo. Tal vedação encontra fundamentos sólidos em diversos aspectos jurídicos e práticos, conforme detalhado a seguir:

Fundamentação Legal: A Lei Federal nº 14.133/2021 em seu art. 15, apesar de prever a possibilidade de formação de consórcios, estabelece critérios rígidos e facultativos à Administração Pública para admitir ou não a participação de licitantes nesta modalidade. Segue, portanto, o entendimento de que a decisão por vedar a formação de consórcios deve ser justificada pela administração, tendo como premissa o interesse público, a natureza do objeto contratual e os princípios que regem as licitações e contratações públicas.

Natureza do objeto: A complexidade e especificações do objeto demandam uma gestão contratual focada e direta, facilitada pela contratação de uma única entidade legal responsável, sem as complicações gerenciais e administrativas habitualmente associadas aos consórcios, tal como a segregação e responsabilidades e a coordenação entre os diferentes membros do consórcio.

Gestão de Riscos: A vedação de consórcios visa também mitigar riscos relacionados ao fracionamento de responsabilidades e possíveis falhas na comunicação e na entrega, as quais poderiam impactar a qualidade, os custos e o tempo de execução do projeto. A gestão eficaz do contrato é essencial para garantir a execução da obra dentro dos parâmetros de qualidade, custo e prazo predeterminados, alinhando-se aos objetivos do art. 11, que enfatiza a importância do resultado mais vantajoso para administração pública.

Segurança Jurídica e Transparência: Preserva a segurança jurídica e aumenta a transparência do processo licitatório, já que relações contratuais com uma única empresa são inerentemente menos complexas e mais fáceis de monitorar e fiscalizar do que aquelas estabelecidas com um consórcio, conforme os princípios da Lei Federal nº 14.133/2021, articulados em seus artigos 5º e 6º.

Com base nesses fundamentos, a decisão de vedar a participação de empresas na forma de consórcio para o objeto está alinhada aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, e especialmente ao planejamento e ao julgamento objetivo, promovendo a gestão eficiente dos recursos públicos e garantindo a adequação e a viabilidade da contratação, conforme estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021.

Da Sustentabilidade

O requisito da sustentabilidade encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O prazo para entrega dos produtos é de 05 (cinco) dias úteis, mediante ordem de fornecimento, em caso de atraso, este prazo poderá ser prorrogado por igual período mediante justificativa do contratado e anuência da contratante, devendo a solicitação ser feita imediatamente no dia útil posterior ao vencimento do prazo inicial, todos os atos serão poderão ensejar as penalidades cabíveis. O local de entrega dos produtos é no Almoxarifado Central - Endereço Rua Rosa Melo Segundo, 203 - Mesquita Jerônimo - Forquilha/CE, de segunda a quinta-feira das 08:00 hs às 12:00 hs e 14:00 hs às 18:00 hs e na sexta-feira das 08:00 hs às 12:00 hs, e em dias úteis.

O prazo para prestação dos serviços é de 05 (cinco) dias úteis, mediante ordem de serviço, em caso de atraso, este prazo poderá ser prorrogado por igual período mediante justificativa do contratado e anuência da contratante, devendo a solicitação ser feita imediatamente no dia útil posterior ao vencimento do prazo inicial, todos os atos serão poderão ensejar as penalidades cabíveis. Podendo ser in loco na unidade requisitante ou de forma remota a depender do objeto da prestação do serviço, de segunda a quinta-feira das 08:00 hs às 12:00 hs e 14:00 hs às 18:00 hs e na sexta-feira das 08:00 hs às 12:00 hs, e em dias úteis.

O produto deverá ter o seu devido registro no Órgão Competente e o prazo de validade do produto será de no mínimo 90 (noventa) dias a contar da data da entrega, observado cada caso.

DO MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do caput do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis.

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade máxima àquelas que ultrapassem a sua competência.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

Cabe ao gestor do contrato, em tempo hábil, verificar o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Os bens serão recebidos PROVISORIAMENTE, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

Os bens serão recebidos DEFINITIVAMENTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, no prazo de 30 (trinta) dias, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo nos termos do art. 140, I, a da Lei nº 14.133/2021.

O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

Enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido

Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração deverá realizar consulta junto cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa.

No caso de atraso de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo contratante encargos moratórios atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC).

O pagamento será realizado mediante crédito em conta bancária do contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e



contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **Licitação**, na modalidade **Dispensa**, sob a forma **Eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **Menor preço**.

Para fins de habilitação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos:

DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

Documento Oficial de Identificação do(s) responsável Legal pela assinatura do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor.

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam.

Autorização para o exercício da atividade a ser contratada, quando cabível.

DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

Prova de regularidade perante a Fazenda Federal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, dentro do prazo de validade.

Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, dentro do prazo de validade.

Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, dentro do prazo de validade.

Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, dentro do prazo de validade.

Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, dentro do prazo de validade.

Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.



DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando que a licitante forneceu/executou, bens/serviços com características semelhantes e compatíveis com o objeto do Edital.

Em havendo dúvida acerca da veracidade do documento, o(a) Agente de Contratação poderá promover diligência, a fim de comprovar a veracidade do documento, conforme inciso I do art. 64 da Lei 14.133/2021.

Documentos comprobatórios ao atendimento do inciso XV do art. 75 - XV - para contratação de **instituição brasileira** que tenha por **finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades**, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha **inquestionável reputação ética e profissional** e **não tenha fins lucrativos**.

DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei.

O Microempreendedor Individual-MEI, está dispensado da apresentação do Balanço Patrimonial na forma do item anterior, conforme art. 1.179 §2º do Código Civil e artigo 18-A, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, entretanto deverá apresentar a DASN SIMEI (Declaração Anual do Simples Nacional - Microempreendedor Individual).

É vedada a substituição do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício por balancetes ou balanços provisórios.

No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício conforme dispõe o art. 69, § 6º da Lei nº 14.133/2021.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura conforme dispõe o art. 65, §1º da Lei nº 14.133/2021.

No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

Tratando-se de pessoas jurídicas submetidas à Escrituração Contábil Digital (ECD) por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), admite-se a apresentação da ECD, em observância à data limite definida nas Normas da Secretaria da Receita Federal.

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade.

Na ausência da Certidão, a licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/2005. No caso do licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação.

DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES DE APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA:

Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

Declaração de que se enquadra na condição de ME (Microempresa) ou EPP (Empresa de Pequeno porte), nos termos das Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014, para que essa possa gozar dos benefícios previstos da referida Lei. (Opcional)

Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados por meio eletrônico, via sistema do BBMNet.

Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda por meio de cópia simples, a ser autenticada por servidor habilitado da Prefeitura Municipal de Forquilha/CE, mediante conferência com os originais. As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

Havendo dúvida sobre a veracidade do documento, será exigida a apresentação dos originais não-digitais.

Na hipótese de o documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal, social e trabalhista e econômica financeira.

Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Se o proponente se fizer representar, deverá juntar procuração pública ou particular, nas formas legais, juntamente com documento oficial de identificação do outorgado (procurador), outorgando com poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.

A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal, social e trabalhista**, previsto neste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/CE
CNPJ Nº 07.673.106/0001-03 | CGF Nº 06.920191-9

Paço Municipal Deputado Cesário Barreto de Lima, Avenida Criança Dante Valério, 481
Fone: (88) 3619-1167 | E-mail: administracao@forquilha.ce.gov.br | Site www.forquilha.ce.gov.br





apresentem alguma restrição.

O prazo de que trata o item poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 8.16, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:

Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação

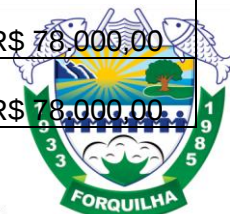
Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	UNIT	TOTAL
1	1.1 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - PLANO DE TRABALHO	SERV	1	R\$ 78.000,00	R\$ 78.000,00
2	1.2 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - INSTALAÇÃO DA REURB	SERV	1	R\$ 78.000,00	R\$ 78.000,00
3	1.3 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - PESQUISAS: CONJUNTO DE LEIS, NORMAS E REGULAMENTOS	SERV	1	R\$ 78.000,00	R\$ 78.000,00
4	1.4 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - PESQUISA FUNDIÁRIA	SERV	1	R\$ 78.000,00	R\$ 78.000,00
5	1.5 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL,	SERV	1	R\$ 78.000,00	R\$ 78.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/CE
CNPJ Nº 07.673.106/0001-03 | CGF Nº 06.920191-9

Paço Municipal Deputado Cesário Barreto de Lima, Avenida Criança Dante Valério, 481
Fone: (88) 3619-1167 | E-mail: administracao@forquilha.ce.gov.br | Site www.forquilha.ce.gov.br





	JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - NOTIFICAÇÃO DE TITULARES DE DOMÍNIO, CONFINANTES E TERCEIROS				
6	2.1 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO	SERV	1	R\$ 3.750,00	R\$3.750,00
7	2.2 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - CADASTRO FÍSICO E SELAGEM	SERV	1	R\$ 3.750,00	R\$3.750,00
8	2.3 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - CADASTRO SOCIOECONÔMICO	SERV	1	R\$ 3.750,00	R\$3.750,00
9	2.4 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - LEVANTAMENTO URBANÍSTICO AMBIENTAL	SERV	1	R\$ 3.750,00	R\$3.750,00
10	3.1 - SERVIÇOS CARTOGRÁFICOS - SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO	SERV	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
11	4.1 - TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO	SERV	1	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00
12	5.1 - PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO - PLANTÕES SOCIOJURÍDICOS	SERV	1	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
13	6.1 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - LEVANTAMENTO DAS CUSTAS E EMOLUMENTOS	SERV	1	R\$ 5.000,00	R\$5.000,00
14	7.1 - TRABALHO SOCIAL - MOBILIZAÇÃO SOCIAL	SERV	1	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00
15	8.1 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - ESTUDO PRELIMINAR DAS DESCONFORMIDADES	SERV	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
16	8.2 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - ESTUDO TÉCNICO AMBIENTAL	SERV	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
17	8.3 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - ESTUDO TÉCNICO PARA SITUAÇÃO DE RISCO (QUANDO FOR O CASO)	SERV	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
18	8.4 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - PROJETO URBANÍSTICO	SERV	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
19	8.5 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - PROJETO FUNDIÁRIO	SERV	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
20	8.6 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - MEMORIAL DESCRITIVO	SERV	1	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00





21	8.7 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - TERMO DE COMPROMISSO	SERV	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
22	8.8 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - EMIÇÃO DA CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF)	SERV	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
23	8.9 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - REGISTRO, MATRÍCULA DA ÁREA E TITULAÇÃO	SERV	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
					R\$ 800.000,00

O valor estimado da contratação é de **R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)**, de acordo com pesquisas de preços, realizadas nos moldes da legislação em vigor.

DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação correrão por conta do Tesouro Municipal, Estadual e Federal, da dotação orçamentária nº 0703.08.244.0807.2.052, elemento de despesa nº 33.90.39.00.





ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

O presente documento visa analisar a viabilidade da contratação pretendida, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades desta Unidade Administrativa.

Órgão Responsável pela Contratação: Secretaria de Desenvolvimento Social.

Responsável pela Contratação: Yanna Juliane Gomes Loiola.

NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM O OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO PRETENDIDA

Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e suas alterações posteriores.

Lei Complementar nº 123/06, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores.

Decreto Municipal nº 29/2023, de 29 de dezembro de 2023 e suas alterações posteriores.

OBJETO

Contratação de instituição sem fins lucrativos com finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, para promover a Regularização Fundiária Urbana - REURB de aproximadamente 400 (quatrocentas) famílias da ZEIS Gerardo José Dias de Loiola, conforme Proposta nº 013933/2024 do Ministério das Cidades, junto a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Forquilha/CE.

NECESSIDADE/JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação da instituição sem fins lucrativos se faz necessária para garantir a eficiência e eficácia na execução das atividades de regularização fundiária urbana na ZEIS Gerardo José Dias de Loiola, beneficiando aproximadamente 400 famílias. A parceria com uma entidade com expertise na área de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, bem como estímulo à inovação, contribuirá para a implementação de práticas sustentáveis e inclusivas no processo de regularização fundiária.

Além disso, a contratação da instituição sem fins lucrativos permitirá a mobilização de recursos humanos e técnicos qualificados, bem como o acesso a conhecimentos especializados, o que é fundamental para a elaboração e implementação de políticas públicas eficientes e que atendam às demandas da população local. Dessa forma, a parceria com a entidade se mostra como uma estratégia assertiva para promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável no município de Forquilha/CE, por meio da regularização fundiária urbana.

O Bairro Gerardo José Dias de Loiola possui uma área de 231.391,44 m² e a execução de sua regularização encontra-se fundamentada no Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) ZEIS GERARDO JOSÉ DIAS DE LOIOLA, como subsídio indutor de parâmetros urbanísticos para a titularização das moradias, por entender, que compreendem áreas do território que exigem tratamento especial na definição de parâmetros reguladores de usos e ocupação do solo, sobrepondo-se ao zoneamento.

Sendo certo, portanto, que o trabalho a ser desempenhado no local será beneficiado pela existência de tal instituto, e que no transcorrer dos trabalhos se verificará a efetiva aplicação deste para efetivar a regularização fundiária das famílias que ali existirem.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/CE
CNPJ Nº 07.673.106/0001-03 | CGF Nº 06.920191-9

Paço Municipal Deputado Cesário Barreto de Lima, Avenida Criança Dante Valério, 481
Fone: (88) 3619-1167 | E-mail: administracao@forquilha.ce.gov.br | Site www.forquilha.ce.gov.br



Quanto aos objetivos da contratação, eles estão associados às diretrizes de melhoria do ambiente urbano e resgate da cidadania da população residente no território; de regularização jurídica, urbanística e edilícia da posse e/ou propriedade dos imóveis utilizados para fins de habitação; e de implementação de arranjos institucionais intersetoriais que viabilizem a execução deste plano, seu monitoramento e sistematização, bem como a efetiva participação social no processo de regularização fundiária da população moradora da ZEIS.

O Projeto Integrado de Urbanização da ZEIS Gerardo José Dias de Loiola é realizado mediante Termo de Compromisso firmado com a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, gestor do Programa Novo PAC - Cidades Sustentáveis e Resilientes - Regularização Fundiária.

Dessa maneira, em conformidade com a Constituição Federal, o Estatuto das Cidades, Lei Federal nº 13.465/2017, Decreto Federal nº 9.310/2018, Lei Municipal nº 771/2021 e outra legislação que venha regular a matéria; a Prefeitura de Forquilha vem implantando a política de regularização fundiária do município.

Assim sendo, a contratação visa assegurar a função social da propriedade, através da regularização fundiária das unidades imobiliárias das famílias das áreas ocupadas por população de baixa renda, em conformidade com o que estabelece Constituição Federal, o Estatuto das Cidades, Lei Federal nº 13.465/2017 e a Lei nº 771/2021, efetivando o direito à moradia legal das famílias que encontram-se na poligonal de titulação da ZEIS Gerardo José Dias de Loiola, a partir da conscientização destas em assuntos pertinentes à regularização fundiária e assuntos transversais, de forma que a comunidade conquiste sua efetivação, através da participação popular, como ocorreu no Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) ZEIS Gerardo José Dias de Loiola.

A Política Pública de Desenvolvimento Regional, através do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC do Governo Federal busca viabilizar estratégias às demandas da população por moradia digna com sua total habilidade.

Atualmente, a Prefeitura Municipal de Forquilha, através da Secretaria de Desenvolvimento Social vem desenvolvendo seu compromisso com a população, buscando contemplar demandas oriundas da comunidade, propondo modificações na infraestrutura local existente a partir de uma requalificação urbana, através de obras de implantação e recuperação da infraestrutura, visando promover uma melhoria da qualidade de vida dos moradores da citada área.

Além das ações de requalificação urbana, a Secretaria de Desenvolvimento Social visa promover a regularização fundiária de 400 (quatrocentas) famílias inseridas na poligonal de intervenção da referida área e visa melhorar as condições de vida das famílias de baixa renda.

Ademais, apesar da legislação municipal ter criado mecanismos para facilitar o processamento, aprovação e implementação da REURB, a Administração Pública Municipal ainda dispõe de uma equipe técnica reduzida, o que inviabiliza o atendimento a contento de todas as demandas de regularização fundiária.

Assim, considerando a urgência da situação de precariedade habitacional em que vivem as famílias da comunidade do Bairro Gerardo José Dias de Loiola, faz-se necessária a implementação de uma política pública efetivamente capaz de reduzir o déficit habitacional de Forquilha e dar celeridade aos processos de regularização fundiária, por meio de instrumentos de contratação de pessoas jurídicas especializadas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/CE
CNPJ Nº 07.673.106/0001-03 | CGF Nº 06.920191-9

Paço Municipal Deputado Cesário Barreto de Lima, Avenida Criança Dante Valério, 481
Fone: (88) 3619-1167 | E-mail: administracao@forquilha.ce.gov.br | Site www.forquilha.ce.gov.br





Outrossim, observa-se que a contratação de pessoas jurídicas especializadas é conveniente e oportuna para a Administração Pública Municipal, pois permite o aceleração da regularização fundiária em Forquilha, com o fortalecimento de uma política pública específica.

Por derradeiro, informamos, ainda, que a respectiva contratação encontra respaldo na Política Pública de Desenvolvimento Regional, onde foi celebrado o Termo de Compromisso nº 964696/MCIDADES/CAIXA por intermédio do Ministério das Cidades, gestor do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, Cidades Sustentáveis e Resilientes - Regularização Fundiária.

CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto de contratação pública descrito se enquadra na categoria de Serviços Técnicos Especializados, conforme previsto na Lei 14.133 de licitações. Neste caso, a contratação de uma instituição sem fins lucrativos para apoiar, captar e executar atividades de regularização fundiária urbana para aproximadamente 400 famílias da ZEIS Gerardo José Dias de Loiola atende aos critérios estabelecidos para essa modalidade de contratação.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação da instituição sem fins lucrativos se faz necessária para apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, visando promover a regularização fundiária urbana de aproximadamente 400 famílias da ZEIS Gerardo José Dias de Loiola, conforme proposta do Ministério das Cidades. A parceria é fundamental para garantir o acesso à moradia digna e regularização dos imóveis, promovendo o desenvolvimento social e urbano do município de Forquilha/CE, conforme previsto na Lei 14.133 de licitações.

DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Informamos que o objeto de contratação pública para regularização fundiária urbana não está previsto no plano anual de contratações, em conformidade com a nova Lei de Licitações 14.133. Estamos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas.

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1. Comprovação de experiência prévia na execução de atividades relacionadas à regularização fundiária urbana, comprovada por meio de atestados de capacidade técnica.
2. Apresentação de plano de trabalho detalhado, contendo as etapas e prazos para a execução das atividades previstas no objeto da contratação.
3. Comprovação da capacidade técnica e operacional da instituição para realizar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, conforme exigido no edital de licitação.
4. Apresentação de equipe técnica qualificada e capacitada para atuar no projeto de regularização fundiária urbana, com a devida comprovação de formação acadêmica e experiência profissional.



5. Apresentação de proposta financeira detalhada, contendo os custos estimados para a execução das atividades propostas, de acordo com o orçamento disponibilizado pelo Ministério das Cidades.

6. Cumprimento de todas as exigências legais e fiscais para a celebração de contratos com entidades sem fins lucrativos, incluindo a regularidade fiscal e trabalhista da instituição.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

1. Realizar um estudo de viabilidade técnica e financeira para a contratação da instituição sem fins lucrativos, levando em consideração a proposta do Ministério das Cidades e as necessidades específicas da ZEIS Gerardo José Dias de Loiola.

2. Elaborar um termo de referência detalhado, contendo as especificações técnicas, metas a serem alcançadas, prazos de execução e critérios de avaliação do projeto de regularização fundiária urbana.

3. Realizar um processo seletivo transparente e competitivo para a escolha da instituição sem fins lucrativos, considerando critérios como experiência prévia em projetos similares, capacidade técnica e financeira, e adequação à proposta do Ministério das Cidades.

4. Capacitar os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, fornecendo informações sobre os objetivos do projeto, as responsabilidades da instituição contratada, os indicadores de desempenho a serem monitorados e os procedimentos para a prestação de contas.

5. Estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação do contrato, com a realização de reuniões periódicas para verificar o cumprimento das metas estabelecidas, identificar eventuais problemas e propor soluções.

6. Definir os instrumentos de controle interno a serem utilizados, como relatórios de acompanhamento, visitas técnicas in loco, análise de documentos comprobatórios e auditorias, para garantir a eficiência e a transparência na execução do contrato.

7. Estabelecer um plano de comunicação com a comunidade beneficiada, para informar sobre o andamento do projeto, esclarecer dúvidas e receber feedbacks, visando a participação ativa dos moradores no processo de regularização fundiária urbana.

8. Garantir a integridade e a legalidade do processo de contratação, cumprindo todas as normas e legislações vigentes, e zelando pelo uso adequado dos recursos públicos destinados à promoção da regularização fundiária urbana na ZEIS Gerardo José Dias de Loiola.

LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado para a contratação de uma instituição sem fins lucrativos para promover a regularização fundiária urbana de aproximadamente 400 famílias da ZEIS Gerardo José Dias de Loiola, em Forquilha/CE, deve ser realizado de forma criteriosa e transparente, em conformidade com a Lei 14.133 de licitações públicas do Brasil.



É importante identificar e analisar as instituições que possuem expertise e experiência na área de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, bem como estímulo à inovação, a fim de garantir a eficiência e eficácia na execução das atividades propostas. Além disso, é fundamental avaliar a capacidade técnica e operacional das entidades interessadas, bem como a compatibilidade de suas propostas com os objetivos e metas estabelecidos pelo Ministério das Cidades e pela Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Forquilha/CE.

A seguir, relacionamos abaixo os procedimentos licitatórios/administrativos do objeto referente a contratação pretendida:

ÓRGÃO/MUNICÍPIO	PROCEDIMENTO	OBJETO	LINK
Prefeitura Municipal / Caucaia/CE	Dispensa	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SEM FINS LUCRATIVOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL, PARA 5.000 (CINCO MIL) UNIDADES HABITACIONAIS NO PERÍMETRO URBANO DE CAUCAIA/CE	https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/index.php/dispensa_inexibibilidade/detalhes/proc/171500/licit/28422
Prefeitura Municipal / Meruoca/CE	Concorrência	CONTRAT. DE EMPRESA ESPEC. PARA REALIZAÇÃO DE REVISÃO E ELAB. DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO, EM CUMPRIMENTO DO ART. 182 DA CONST. FEDERAL DE 1988 E A LEI FEDERAL Nº 10.257/2001. JUNTAMENTE COM A PREST. DE SERV. DE ASSESSO. E CONSUL. AOS MUTUÁRIOS SIST. FINAN. DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, REPRESENTANDO-OS JUNTO À COMP. DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, NA REGULARIZAÇÃO DE SEUS IMÓVEIS. CONJUN. COM A PRESTA. DE SERVI. DE PROM. DE REGULA. FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL DE 50 (CINQUENTA) UNIDAD. HABITACIO. CONT. EM NÚCLEO URBANO INFORMAL NO MUNICÍPIO DE MERUOCA/CE	https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/index.php/licitacao/detalhes/proc/235415/licit/170390
Prefeitura Municipal /	Tomada de Preços	ONTRATAÇÃO DE	https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/index.php/licitacao/detalhes/proc/235415/licit/170390

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/CE
CNPJ Nº 07.673.106/0001-03 | CGF Nº 06.920191-9

Paço Municipal Deputado Cesário Barreto de Lima, Avenida Criança Dante Valério, 481
Fone: (88) 3619-1167 | E-mail: administracao@forquilha.ce.gov.br | Site www.forquilha.ce.gov.br





Canindé/CE	EMPRESA ESPECIALIZADA EM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA, PARA PROMOÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE 500 (QUINHENTOS) IMÓVEIS NO MUNICÍPIO DE CANINDÉ - CE, SERVINDO ESTE PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DO NÚCLEO URBANO INFORMAL CONSOLIDADO, PARA ATENDIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.465, DE 11 DE JULHO 2017, DO DECRETO Nº 9.310, DE 15 DE MARÇO DE 2018 E DA LEI MUNICIPAL Nº 2.535, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2021, CONFORME PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO DO EDITAL	licitacoes.tce.ce.gov.br/index.php/licitacao/detalhes/proc/220253/licit/161436
------------	---	---

Conforme o quadro acima podemos verificar que o tipo de contratação que se torna mais vantajoso para atender as necessidades da Secretaria Contratante é a contratação de pessoa jurídica para aquisição dos bens e/ou prestação dos serviços, por ser mais econômico e mais célere, de modo que a administração conseguirá atender as suas necessidades com mais eficácia, eficiência e celeridade.

ESTIMATIVA DOS ITENS A SEREM CONTRATADOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD
1	1.1 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - PLANO DE TRABALHO	SERV	1
2	1.2 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - INSTALAÇÃO DA REURB	SERV	1
3	1.3 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - PESQUISAS: CONJUNTO DE LEIS, NORMAS E REGULAMENTOS	SERV	1
4	1.4 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - PESQUISA FUNDIÁRIA	SERV	1
5	1.5 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - NOTIFICAÇÃO DE TITULARES DE DOMÍNIO, CONFINANTES E TERCEIROS	SERV	1
6	2.1 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO	SERV	1
7	2.2 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - CADASTRO FÍSICO E SELAGEM	SERV	1
8	2.3 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - CADASTRO SOCIOECONÔMICO	SERV	1
9	2.4 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - LEVANTAMENTO URBANÍSTICO AMBIENTAL	SERV	1
10	3.1 - SERVIÇOS CARTOGRÁFICOS - SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS	SERV	1





	PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORRREFERENCIADO		
11	4.1 - TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO	SERV	1
12	5.1 - PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO - PLANTÕES SOCIOJURÍDICOS	SERV	1
13	6.1 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - LEVANTAMENTO DAS CUSTAS E EMOLUMENTOS	SERV	1
14	7.1 - TRABALHO SOCIAL - MOBILIZAÇÃO SOCIAL	SERV	1
15	8.1 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - ESTUDO PRELIMINAR DAS DESCONFORMIDADES	SERV	1
16	8.2 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - ESTUDO TÉCNICO AMBIENTAL	SERV	1
17	8.3 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - ESTUDO TÉCNICO PARA SITUAÇÃO DE RISCO (QUANDO FOR O CASO)	SERV	1
18	8.4 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - PROJETO URBANÍSTICO	SERV	1
19	8.5 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - PROJETO FUNDIÁRIO	SERV	1
20	8.6 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - MEMORIAL DESCRITIVO	SERV	1
21	8.7 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - TERMO DE COMPROMISSO	SERV	1
22	8.8 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - EMISSÃO DA CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF)	SERV	1
23	8.9 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - REGISTRO, MATRÍCULA DA ÁREA E TITULAÇÃO	SERV	1

JUSTIFICATIVA LICITAÇÃO POR LOTE:

A presente contratação tem por objetivo a realização de um conjunto integrado e interdependente de atividades técnicas, sociais, jurídicas, urbanísticas e ambientais, necessárias para a efetiva implantação do processo de Regularização Fundiária Urbana (REURB) em área classificada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Dentre os serviços a serem contratados, incluem-se:

Assessoria e consultoria técnica especializada;
Levantamentos topográficos e urbanísticos;
Estudos e projetos técnicos multidisciplinares;
Atividades de mobilização e capacitação social;
Produção de materiais de comunicação;
Execução de ações finalísticas, como a emissão de Certidão de Regularização Fundiária (CRF), projetos urbanísticos e fundiários, registro e titulação.

Tais ações estão organizadas em **um único projeto técnico-operacional**, cujos componentes são **complementares e interdependentes**, não sendo possível sua execução de forma eficiente e coordenada por diferentes contratados, sob pena de comprometer a coesão, a responsabilidade técnica e a eficácia das ações de regularização fundiária.

Dessa forma, justifica-se a **adoção do critério de julgamento por menor preço por lote (global)**, uma vez que:





O objeto apresenta unidade técnica e funcional, sendo composto por atividades que devem ser realizadas em sequência lógica e por um único executor responsável, de forma a garantir continuidade e integração das ações;

A divisão do objeto em itens isolados seria contraproducente, podendo gerar sobreposição de responsabilidades, descontinuidade nas etapas do projeto e dificuldades na fiscalização e no controle dos resultados;

O julgamento por menor preço por lote global assegura maior economicidade, pois a instituição participante poderá otimizar seus recursos e oferecer um valor mais competitivo considerando o escopo total da contratação;

O projeto está alinhado com diretrizes do Ministério das Cidades e segue metodologia específica da REURB, o que requer experiência institucional consolidada e atuação integrada, compatível com a natureza de uma fundação ou associação sem fins lucrativos com expertise técnico-social;

O objeto está vinculado à **Proposta nº 013933/2024 do Ministério das Cidades**, o que reforça a necessidade de cumprir metas, prazos e resultados pactuados em âmbito federal, sendo fundamental a articulação unificada da execução contratada.

Assim, a adoção do tipo **menor preço por lote global** encontra respaldo técnico, jurídico e administrativo, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência, interesse público e legalidade, visando assegurar a melhor contratação para o alcance dos objetivos da política de regularização fundiária urbana no município de Forquilha/CE.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	UNIT	TOTAL
1	1.1 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - PLANO DE TRABALHO	SERV	1	R\$ 78.000,00	R\$ 78.000,00
2	1.2 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - INSTALAÇÃO DA REURB	SERV	1	R\$ 78.000,00	R\$ 78.000,00
3	1.3 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - PESQUISAS: CONJUNTO DE LEIS, NORMAS E REGULAMENTOS	SERV	1	R\$ 78.000,00	R\$ 78.000,00
4	1.4 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - PESQUISA FUNDIÁRIA	SERV	1	R\$ 78.000,00	R\$ 78.000,00
5	1.5 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - NOTIFICAÇÃO DE TITULARES DE DOMÍNIO, CONFINANTES E TERCEIROS	SERV	1	R\$ 78.000,00	R\$ 78.000,00
6	2.1 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO	SERV	1	R\$ 3.750,00	R\$ 3.750,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/CE
CNPJ Nº 07.673.106/0001-03 | CGF Nº 06.920191-9

Paço Municipal Deputado Cesário Barreto de Lima, Avenida Criança Dante Valério, 481
Fone: (88) 3619-1167 | E-mail: administracao@forquilha.ce.gov.br | Site www.forquilha.ce.gov.br





7	2.2 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - CADASTRO FÍSICO E SELAGEM	SERV	1	R\$ 3.750,00	R\$3.750,00
8	2.3 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - CADASTRO SOCIOECONÔMICO	SERV	1	R\$ 3.750,00	R\$3.750,00
9	2.4 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - LEVANTAMENTO URBANÍSTICO AMBIENTAL	SERV	1	R\$ 3.750,00	R\$3.750,00
10	3.1 - SERVIÇOS CARTOGRÁFICOS - SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO	SERV	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
11	4.1 - TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO	SERV	1	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00
12	5.1 - PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO - PLANTÕES SOCIOJURÍDICOS	SERV	1	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
13	6.1 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - LEVANTAMENTO DAS CUSTAS E EMOLUMENTOS	SERV	1	R\$ 5.000,00	R\$5.000,00
14	7.1 - TRABALHO SOCIAL - MOBILIZAÇÃO SOCIAL	SERV	1	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00
15	8.1 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - ESTUDO PRELIMINAR DAS DESCONFORMIDADES	SERV	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
16	8.2 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - ESTUDO TÉCNICO AMBIENTAL	SERV	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
17	8.3 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - ESTUDO TÉCNICO PARA SITUAÇÃO DE RISCO (QUANDO FOR O CASO)	SERV	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
18	8.4 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - PROJETO URBANÍSTICO	SERV	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
19	8.5 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - PROJETO FUNDIÁRIO	SERV	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
20	8.6 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - MEMORIAL DESCRITIVO	SERV	1	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
21	8.7 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - TERMO DE COMPROMISSO	SERV	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
22	8.8 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - EMISSÃO DA CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF)	SERV	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
23	8.9 - FINAL: PROJETO	SERV	1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00





REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - REGISTRO, MATRÍCULA DA ÁREA E TITULAÇÃO					R\$ 800.000,00
---	--	--	--	--	----------------

O valor estimado da contratação é de **R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)**, de acordo com pesquisas de preços, realizadas nos moldes da legislação em vigor.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução para o objeto de contratação pública consiste na contratação de uma instituição sem fins lucrativos para apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, e estímulo à inovação. Essas atividades visam promover a regularização fundiária urbana de aproximadamente 400 famílias da ZEIS Gerardo José Dias de Loiola, conforme proposta nº 013933/2024 do Ministério das Cidades, junto à Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Forquilha/CE. Essa contratação atende à Lei 14.133 de licitações públicas do Brasil, garantindo transparência, eficiência e legalidade no processo de contratação.

POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Diante do objeto de contratação pública apresentado, é possível concluir que a contratação de uma instituição sem fins lucrativos com finalidade estatutária para promover a regularização fundiária urbana de aproximadamente 400 famílias da ZEIS Gerardo José Dias de Loiola, em Forquilha/CE, é adequada e atende à necessidade proposta. A instituição selecionada possui expertise e capacidade técnica para apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, além de estimular a inovação, o que contribuirá significativamente para o sucesso do projeto de regularização fundiária.

Além disso, a proposta apresentada pelo Ministério das Cidades, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Social do município, demonstra um planejamento detalhado e alinhado com as diretrizes e objetivos do programa de Regularização Fundiária Urbana (REURB). A parceria com uma instituição sem fins lucrativos também reforça o compromisso com a transparência, a eficiência e a responsabilidade social na execução do projeto, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos e o atendimento das famílias beneficiadas.

Portanto, considerando a relevância e a complexidade do desafio da regularização fundiária urbana, a contratação da instituição sem fins lucrativos para a execução das atividades propostas se mostra como uma escolha acertada e estratégica, capaz de contribuir de forma significativa para a melhoria da qualidade de vida e a inclusão social das famílias envolvidas no processo de regularização.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O objeto de contratação pública para promover a regularização fundiária urbana de aproximadamente 400 famílias da ZEIS Gerardo José Dias de Loiola não pode ser entregue de forma fracionada, pois se trata de um projeto integrado e interdependente. A entrega deve ser imediata após a contratação, garantindo assim a eficiência e eficácia na execução das atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, e estímulo à inovação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/CE
CNPJ Nº 07.673.106/0001-03 | CGF Nº 06.920191-9

Paço Municipal Deputado Cesário Barreto de Lima, Avenida Criança Dante Valério, 481
Fone: (88) 3619-1167 | E-mail: administracao@forquilha.ce.gov.br | Site www.forquilha.ce.gov.br



ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O processo de contratação pública para a regularização fundiária urbana em Forquilha/CE segue as fases de alinhamento, contratação e planejamento. Inicialmente, é elaborado o DFD para formalização da demanda, seguido pela cotação e ETP para o estudo técnico preliminar, conforme previsto na Lei 14.133 de licitações públicas do Brasil.

RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação da instituição sem fins lucrativos para promover a regularização fundiária urbana de aproximadamente 400 famílias da ZEIS Gerardo José Dias de Loiola, em Forquilha/CE, tem como objetivo principal garantir o direito à moradia digna e regularização jurídica das ocupações informais. Com isso, busca-se promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável da comunidade, proporcionando melhores condições de vida e acesso a serviços públicos essenciais.

Além disso, a contratação visa fomentar a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, estimulando a inovação no processo de regularização fundiária. Dessa forma, pretende-se criar soluções eficientes e sustentáveis para a regularização das áreas ocupadas, levando em consideração as necessidades e peculiaridades da comunidade envolvida.

Por fim, a contratação também tem como objetivo fortalecer a parceria entre o poder público e as instituições sem fins lucrativos, visando a eficiência na execução das atividades e a transparência no uso dos recursos públicos. Espera-se, assim, que a regularização fundiária promovida resulte em benefícios duradouros para as famílias envolvidas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável do município de Forquilha.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

O objeto em questão não é correlato e nem interdependente. A clareza na definição de relações entre objetos é essencial.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

A contratação da instituição sem fins lucrativos para promover a regularização fundiária urbana de aproximadamente 400 famílias na ZEIS Gerardo José Dias de Loiola, em Forquilha/CE, pode gerar impactos ambientais significativos. A realização de atividades de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional pode resultar em alterações no uso do solo, desmatamento, poluição do ar e da água, entre outros impactos.

Além disso, a execução de atividades científicas e tecnológicas e o estímulo à inovação podem demandar recursos naturais, gerando mais pressão sobre o meio ambiente. A falta de planejamento e monitoramento adequados pode intensificar esses impactos, comprometendo a sustentabilidade da região.

Para minimizar os impactos ambientais gerados por essa contratação, é fundamental que sejam adotadas medidas de mitigação, como a realização de estudos de impacto ambiental, a implementação de práticas sustentáveis durante as atividades desenvolvidas

e a compensação ambiental, por exemplo, por meio do plantio de árvores nativas ou da criação de áreas verdes.

Dessa forma, é possível conciliar o desenvolvimento urbano com a preservação ambiental, garantindo a qualidade de vida das famílias beneficiadas e a proteção dos recursos naturais da região. A conscientização e o engajamento de todos os envolvidos são essenciais para garantir a sustentabilidade do projeto de regularização fundiária urbana.

OUTROS

Sem observações a mais.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Com base nos elementos anteriores do presente documento de Estudos Preliminares realizado por esta Equipe de Planejamento, **DECLARAMOS** que:

☒ **É VIÁVEL** a contratação proposta pela unidade requisitante.

Justificativa:

A contratação de uma instituição sem fins lucrativos para apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, e estímulo à inovação, visando promover a regularização fundiária urbana de aproximadamente 400 famílias da ZEIS Gerardo José Dias de Loiola, conforme proposta nº 013933/2024 do Ministério das Cidades, junto à Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Forquilha/CE, é uma medida que atende aos princípios da Lei 14.133 de licitações.

A contratação de uma instituição sem fins lucrativos para esse fim demonstra a preocupação com a eficiência na gestão dos recursos públicos, uma vez que essas entidades costumam ter expertise na área de atuação e podem oferecer serviços de qualidade a um custo mais acessível. Além disso, a contratação de uma entidade sem fins lucrativos também está alinhada com o princípio da economicidade, uma vez que essas instituições não visam lucro e podem oferecer serviços de forma mais acessível.

A contratação de uma instituição sem fins lucrativos também está em conformidade com o princípio da isonomia, uma vez que a seleção da entidade será feita por meio de um processo transparente e competitivo, garantindo que a escolha seja feita com base em critérios técnicos e objetivos. Além disso, a contratação de uma entidade sem fins lucrativos também está alinhada com o princípio da impessoalidade, uma vez que a escolha da entidade será feita com base em critérios técnicos e objetivos, sem favorecimento de qualquer natureza.

Portanto, a contratação de uma instituição sem fins lucrativos para apoiar, captar e executar atividades de regularização fundiária urbana em Forquilha/CE atende aos princípios da Lei 14.133 de licitações, garantindo a eficiência na gestão dos recursos públicos, a economicidade, a isonomia e a impessoalidade.

☐ **NÃO É VIÁVEL** a contratação proposta pela unidade requisitante.

Justificativa:

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/CE
CNPJ Nº 07.673.106/0001-03 | CGF Nº 06.920191-9

Paço Municipal Deputado Cesário Barreto de Lima, Avenida Criança Dante Valério, 481
Fone: (88) 3619-1167 | E-mail: administracao@forquilha.ce.gov.br | Site www.forquilha.ce.gov.br



CONCLUSÃO

A Equipe de Planejamento identificada abaixo chegou à conclusão acima em razão do(s) seguinte(s) motivo(s):

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita no item "DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO" se mostra tecnicamente possível e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.





**ANEXO III - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL E
PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA**

PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL

(SEM IDENTIFICAÇÃO)

Local e data

À
Prefeitura Municipal de Forquilha

REF.: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 2025.08.13.002

Prezados(as) Senhores(as),

Apresentamos a V. Sas., nossa proposta para o objeto do Edital de **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 2025.08.13.002**, cujo objeto é a Contratação de instituição sem fins lucrativos com finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, para promover a Regularização Fundiária Urbana - REURB de aproximadamente 400 (quatrocentas) famílias da ZEIS Gerardo José Dias de Loiola, conforme Proposta nº 013933/2024 do Ministério das Cidades, junto a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Forquilha/CE.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	UNIT	TOTAL
1	1.1 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - PLANO DE TRABALHO	SERV	1	R\$ -	R\$ -
2	1.2 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - INSTALAÇÃO DA REURB	SERV	1	R\$ -	R\$ -
3	1.3 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - PESQUISAS: CONJUNTO DE LEIS, NORMAS E REGULAMENTOS	SERV	1	R\$ -	R\$ -
4	1.4 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - PESQUISA FUNDIÁRIA	SERV	1	R\$ -	R\$ -
5	1.5 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - NOTIFICAÇÃO DE TITULARES DE DOMÍNIO, CONFINANTES E TERCEIROS	SERV	1	R\$ -	R\$ -
6	2.1 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO	SERV	1	R\$ -	R\$ -
7	2.2 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - CADASTRO FÍSICO E SELAGEM	SERV	1	R\$ -	R\$ -
8	2.3 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - CADASTRO SOCIOECONÔMICO	SERV	1	R\$ -	R\$ -
9	2.4 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - LEVANTAMENTO URBANÍSTICO AMBIENTAL	SERV	1	R\$ -	R\$ -

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/CE
CNPJ Nº 07.673.106/0001-03 | CGF Nº 06.920191-9

Paço Municipal Deputado Cesário Barreto de Lima, Avenida Criança Dante Valério, 481
Fone: (88) 3619-1167 | E-mail: administracao@forquilha.ce.gov.br | Site www.forquilha.ce.gov.br



	R\$ -
--	-------



Local e data

À

Prefeitura Municipal de Forquilha

REF.: DISPENSA ELETRÔNICA Nº 2025.08.13.002

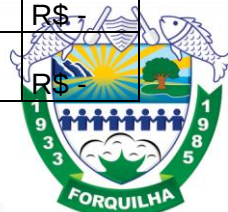
Prezados(as) Senhores(as),

Apresentamos a V. Sas., nossa proposta para o objeto do Edital de **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 2025.08.13.002**, cujo objeto é a Contratação de instituição sem fins lucrativos com finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, para promover a Regularização Fundiária Urbana - REURB de aproximadamente 400 (quatrocentas) famílias da ZEIS Gerardo José Dias de Loiola, conforme Proposta nº 013933/2024 do Ministério das Cidades, junto a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Forquilha/CE.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	UNIT	TOTAL
1	1.1 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - PLANO DE TRABALHO	SERV	1	R\$ -	R\$ -
2	1.2 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - INSTALAÇÃO DA REURB	SERV	1	R\$ -	R\$ -
3	1.3 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - PESQUISAS: CONJUNTO DE LEIS, NORMAS E REGULAMENTOS	SERV	1	R\$ -	R\$ -
4	1.4 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - PESQUISA FUNDIÁRIA	SERV	1	R\$ -	R\$ -
5	1.5 - ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICAS NAS ÁREAS SOCIAL, JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL - NOTIFICAÇÃO DE TITULARES DE DOMÍNIO, CONFINANTES E TERCEIROS	SERV	1	R\$ -	R\$ -
6	2.1 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO	SERV	1	R\$ -	R\$ -
7	2.2 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - CADASTRO FÍSICO E SELAGEM	SERV	1	R\$ -	R\$ -
8	2.3 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - CADASTRO SOCIOECONÔMICO	SERV	1	R\$ -	R\$ -
9	2.4 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS - LEVANTAMENTO URBANÍSTICO AMBIENTAL	SERV	1	R\$ -	R\$ -
10	3.1 - SERVIÇOS CARTOGRÁFICOS - SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL GEORREFERENCIADO	SERV	1	R\$ -	R\$ -
11	4.1 - TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO	SERV	1	R\$ -	R\$ -
12	5.1 - PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO - PLANTÕES	SERV	1	R\$ -	R\$ -

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/CE
CNPJ Nº 07.673.106/0001-03 | CGF Nº 06.920191-9

Paço Municipal Deputado Cesário Barreto de Lima, Avenida Criança Dante Valério, 481
Fone: (88) 3619-1167 | E-mail: administracao@forquilha.ce.gov.br | Site www.forquilha.ce.gov.br





	SOCIOJURÍDICOS				
13	6.1 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - LEVANTAMENTO DAS CUSTAS E EMOLUMENTOS	SERV	1	R\$ -	R\$ -
14	7.1 - TRABALHO SOCIAL - MOBILIZAÇÃO SOCIAL	SERV	1	R\$ -	R\$ -
15	8.1 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - ESTUDO PRELIMINAR DAS DESCONFORMIDADES	SERV	1	R\$ -	R\$ -
16	8.2 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - ESTUDO TÉCNICO AMBIENTAL	SERV	1	R\$ -	R\$ -
17	8.3 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - ESTUDO TÉCNICO PARA SITUAÇÃO DE RISCO (QUANDO FOR O CASO)	SERV	1	R\$ -	R\$ -
18	8.4 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - PROJETO URBANÍSTICO	SERV	1	R\$ -	R\$ -
19	8.5 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - PROJETO FUNDIÁRIO	SERV	1	R\$ -	R\$ -
20	8.6 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - MEMORIAL DESCRITIVO	SERV	1	R\$ -	R\$ -
21	8.7 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - TERMO DE COMPROMISSO	SERV	1	R\$ -	R\$ -
22	8.8 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - EMISSÃO DA CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF)	SERV	1	R\$ -	R\$ -
23	8.9 - FINAL: PROJETO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - REGISTRO, MATRÍCULA DA ÁREA E TITULAÇÃO	SERV	1	R\$ -	R\$ -
				R\$ -	

Finalizando, declaramos que nossas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA R\$ _____ (_____)

PROPONENTE:

CNPJ Nº:

REPRESENTANTE DA EMPRESA:

CPF Nº:

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

Nome do Representante Legal
CPF nº _____ - ____





ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA,
ATRAVÉS DA SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL, COM A EMPRESA
_____, PARA O
FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:**

O Município de Forquilha, pessoa jurídica de direito público interno, com sede _____, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.673.106/0001-03, através da Secretaria de Desenvolvimento Social, representado pelo(a) Ordenador(a) de Despesas da Secretaria de Desenvolvimento Social, Sr.(a) _____, infrafirmado, doravante denominado de CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa, _____ com endereço à _____ em _____, Estado do _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, representada por _____, portador(a) do CPF nº _____, ao fim assinado(a), doravante denominada de CONTRATADA, de acordo com o Edital de Dispensa Eletrônica nº _____, Processo nº _____, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLAÚSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1- Fundamenta-se este contrato na Dispensa Eletrônica nº 2025.08.13.002, na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores e demais legislações aplicáveis ao cumprimento de seu objeto.

CLAÚSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a Contratação de instituição sem fins lucrativos com finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, para promover a Regularização Fundiária Urbana - REURB de aproximadamente 400 (quatrocentas) famílias da ZEIS Gerardo José Dias de Loiola, conforme Proposta nº 013933/2024 do Ministério das Cidades, junto a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município de Forquilha/CE.

CLAÚSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

3.1- Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O termo de referência, o estudo técnico preliminar, o projeto básico;
- b) O Edital da licitação;
- c) A proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLAÚSULA QUARTA - DO VALOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/CE
CNPJ Nº 07.673.106/0001-03 | CGF Nº 06.920191-9

Paço Municipal Deputado Cesário Barreto de Lima, Avenida Criança Dante Valério, 481
Fone: (88) 3619-1167 | E-mail: administracao@forquilha.ce.gov.br | Site www.forquilha.ce.gov.br



4.1- O valor da contratação é de R\$ _____ (_____).

4.2- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

5.1- O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

5.2- A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

5.3- O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

5.4- A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

5.5- Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

5.6- O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA SEXTA - DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

6.1- O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1- Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/CE
CNPJ Nº 07.673.106/0001-03 | CGF Nº 06.920191-9

Paço Municipal Deputado Cesário Barreto de Lima, Avenida Criança Dante Valério, 481
Fone: (88) 3619-1167 | E-mail: administracao@forquilha.ce.gov.br | Site www.forquilha.ce.gov.br





8.1- A fatura relativa aos bens/serviços efetivamente prestados deverá ser apresentada à Secretaria de Desenvolvimento Social, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços, para fins de conferência e atestação da execução dos serviços.

8.2- A fatura constará dos bens/serviços efetivamente prestados no período de cada mês civil, de acordo com o quantitativo efetivamente realizado no mês, cujo valor será apurado através de medição;

8.3- Caso a fatura seja aprovada pela Secretaria de Desenvolvimento Social, o pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia após o protocolo da fatura pelo(a) CONTRATADO(A), junto ao setor competente da Prefeitura Municipal de Forquilha/CE.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

9.1- Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2- Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do IGPM - Índice Geral de Preços de Mercado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3- Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4- No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5- Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6- Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7- Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8- O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1- São obrigações do Contratante:

10.2- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.3- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.4- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no todo ou em parte, às suas expensas;



10.5- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.6- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.7- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

10.8- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.9- Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.10- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.10.1- A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.11- Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

10.12- Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.13- Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.14- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1- O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2- Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

11.3- A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.4- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5- Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.6- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.7- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.8- Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.9- Quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro de Fornecedores, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

11.10- Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

11.11- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.12- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.13- Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.14- Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.15- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.16- Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.17- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.18- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.19- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

11.20- Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

11.21- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.22- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.23- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11.24- Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1- As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2- Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3- É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.4- A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

12.5- Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6- É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.7- O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.8- O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.9- O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.10- Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.10.1- Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.11- O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12.12- Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1- Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1- Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/CE
CNPJ Nº 07.673.106/0001-03 | CGF Nº 06.920191-9

Paço Municipal Deputado Cesário Barreto de Lima, Avenida Criança Dante Valério, 481
Fone: (88) 3619-1167 | E-mail: administracao@forquilha.ce.gov.br | Site www.forquilha.ce.gov.br



- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2- Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV) Multa:

- 1) Moratória de 1% (um. por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. a. O atraso superior a 30 (TRINTA) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10 % a 30.% do valor do Contrato.
- 4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
- 5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 20.% a 30% do valor do Contrato.
- 6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 20% do valor do Contrato.
- 7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 8% a 25% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:



14.3- A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4- Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.1- Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.5- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.6- Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7- A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.8- Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.9- Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.10- A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)



14.11- O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.12- As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.13- Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1- O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

15.2- Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

15.3- Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

15.4- O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.4.1- Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.4.2- A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.4.2.1- Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.5- O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

15.5.1- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.5.2- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.5.3- Indenizações e multas.

15.6- A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.7- O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1- As despesas decorrentes da contratação correrão por conta do Tesouro Municipal, Estadual e Federal, da dotação orçamentária nº 0703.08.244.0807.2.052, elemento de despesa nº 33.90.39.00.

16.2- A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1- Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

18.1- Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2- O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3- As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4- Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1- Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/CE
CNPJ Nº 07.673.106/0001-03 | CGF Nº 06.920191-9

Paço Municipal Deputado Cesário Barreto de Lima, Avenida Criança Dante Valério, 481
Fone: (88) 3619-1167 | E-mail: administracao@forquilha.ce.gov.br | Site www.forquilha.ce.gov.br





14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1- Fica eleito o Foro da Comarca de Forquilha para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do art. 221 do Código Civil Brasileiro.

Forquilha/CE, ____ de _____ de 20__.

Nome do(a) Ordenador(a) de Despesas
Ordenador de Despesas da Secretaria
de Desenvolvimento Social
CONTRATANTE

Representante
Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01. _____
Nome:
CPF/MF:

02. _____
Nome:
CPF/MF





ANEXO V
MODELOS DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO
(Juntar na proposta de preços)

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO(A) PROPONENTE)

a) DECLARA, que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

Local e data

Nome do representante Legal
CPF Nº _____ - ____

DECLARAÇÃO
(Juntar aos documentos requeridos para habilitação)

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO(A) PROPONENTE)

b) DECLARA, para os devidos fins que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Federal nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

c) DECLARA, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

d) DECLARA, Sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei 147/2014, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Forquilha/CE, ser **MICROEMPRESA- ME E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE-EPP**, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006. (opcional)

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

Local e data

Nome do representante Legal
CPF Nº _____ - ____

